



A indissociabilidade da formação do leitor na biblioteca infantil e a liberdade informacional como categoria de análise central: limites e possibilidades

The inseparability of the formation of the reader in the children's library and freedom as a central ethical value: limits and possibilities

Leandro Martins Cota Busquet, Universidade Federal Fluminense –
leandro.cota@yahoo.com.br

Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

1 INTRODUÇÃO

Toda biblioteca exprime uma especificidade em seus *modus operandi*, que decorre de seus usuários, o que por sua vez implica em redirecionamentos teleológicos e dialéticos. A biblioteca infantil não é estanque dessa realidade; menos ainda quando esta unidade de informação pertence a uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro. Nossa pesquisa se deu no Colégio Universitário Geraldo Achilles Reis (COLUNI), mas precisamente na Biblioteca Flor de Papel, pertencente à Universidade Federal Fluminense (UFF). Após observar entre as crianças determinadas dificuldades de relacionamentos sociais e estranhamentos com as leituras textuais mediadas (já que ainda não são alfabetizadas) por alguns livros – neste aspecto, principalmente após os empréstimos domiciliares – houve a necessidade de abordar com elas assuntos referentes a diversos temas (*bullying*, racismo, homofobia, entre outros), a fim de trabalhar a questão de contextos polêmicos, o consenso e o dissenso de idéias. Ademais, há a liberdade informacional entre as crianças, com o propósito de realizarem as leituras mediadas e através dos empréstimos domiciliares. Ressalta-se que isso parte de uma situação individual que beneficiará o coletivo, visto que as crianças de hoje, possivelmente, serão os futuros formadores de opinião e frequentadores do sistema de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense entre outras. Nesse sentido, a fim de alcançar um nível de abrangência prospectiva, de formação de leitor e, além disso, de uma mediação horizontal, se pressupõe uma participação autônoma de seus agentes sociais, a saber: as crianças, enquanto usuárias e bibliotecários como catalisadores



desse processo.

Todavia, ao desvelar esse contexto de forma mais apurada, pode ser evidenciado que ao redor dessas duas extremidades também existem outros agentes que não podem ser relegados. Nesse ínterim, esse contexto pode ser comparado com algumas partes de um rio: com sua nascente, afluente, subafluente, leito e foz. Com essa analogia, há correlações que ajudam no entendimento da importância da indissociabilidade da formação do leitor na biblioteca infantil.

Ao partir dessa comparação, tem-se que no primeiro polo dessa mediação se encontram os usuários, enquanto causa primeira deste *locus* profissional; e os bibliotecários, enquanto fomentadores. Contudo, também existem outras vertentes, como por exemplo, a própria instituição federal, na qualidade de mantenedora. Ela é a afluente ou aquilo que considero como abrangente; já na outra vertente, é onde se encontram os responsáveis dos alunos, professores, coordenadores, diretores e demais profissionais, que atuam nesse cerne da educação infantil e podem ser considerados como subafluentes ou aquilo que chamo de imediatos. E a foz é a consequência, o resultado de toda essa mediação.

Destaca-se ao fato de que todos, sem exceção, são inter cruzados de valores e não existe a aclamada neutralidade. Por isso, saber analisar os limites e possibilidades da atuação profissional biblioteconômica, em que pese o foco na criança, como um ser em formação, torna-se algo basilar. Enquanto profissional de nível superior, como o único que detém respaldo legal para gerenciar uma biblioteca, em consonância à oferta de uma autonomia informacional e de formação literária às crianças, tal direcionamento corresponderia ao livre acesso a todo o acervo disponível, por escolha desse usuário.

Ao vislumbrar essa conjuntura, equívocos poderiam ser cometidos ao ter em vista que isso desmontaria a análise da questão social em seu sentido mais amplo, a saber: toda mazela que é derivada da relação capital e trabalho no sistema de acumulação capitalista no qual, de acordo com esse modelo, tudo precisa permanecer como está na tentativa de manter esse projeto específico de sociabilidade como algo inexorável. Nesse sentido, questões que poderiam receber uma intervenção direta do profissional bibliotecário, na referida unidade de informação infantil, poderiam passar despercebidas, tais como: gênero,



raça, inclusão social, violência, dentre tantas outras. Nesse duro contexto perpetua-se o *status quo*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao retratar o cotidiano laborativo de uma biblioteca infantil que está inserida dentro de um contexto maior, ou seja, dentro de uma universidade federal, muitos pensam que deve ser algo fácil. No senso comum acredita-se que não existe demanda informacional ou que essa é praticamente inexistente. Já os mais inflexíveis a entendem como um desperdício de pessoal e/ou recursos financeiros e que esses deveriam ser redistribuídos a outras unidades. *Grosso modo*, para alguns a biblioteca infantil paradoxalmente é corporificada em uma invisibilidade intransponível. Não obstante, ainda existem aqueles que não só acreditam, mas entendem a biblioteca infantil enquanto partícipe da mesma engrenagem, ou seja, do mesmo regime de informação. Acerca disso, Maria Nélide González de Gómez (2012, p. 56), afirma:

Com ênfases nas dinâmicas antes que nas estruturas, o regime de informação permitiria associar a ancoragem espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações. Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadológicas, que visam a sobre-determinar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição.

Sob a ótica de que as crianças que permeiam a Educação Infantil e em consequência a respectiva biblioteca serão as mesmas que possivelmente estarão nesses espaços universitários, quando adultos, tal fato não pode ser relegado. Desse modo, refletir a liberdade como condição de análise central, para formar leitores, demonstra discernimento e construção de uma possível cidadania. Nesse contexto, as crianças, embora em formação, também são agentes sociais que devem ser respeitadas não apenas no plano conceitual, mas também no da ação. Isso ocorre na imediaticidade das nossas relações profissionais e também na *práxis*.



Nessa perspectiva, a teoria do construtivismo de Piaget é empregada no sentido de alcançar esse fim. O conhecimento infantil, que é desenvolvido pela criança, não é algo que ocorre ao acaso e muito menos embutido ou uma propriedade no intuito de domínio. Por isso:

[...] os conhecimentos derivam da ação, não no sentido de meras respostas associativas, mas no sentido muito mais profundo da associação do real com as coordenações necessárias e gerais da ação. Conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo, apreendendo os mecanismos dessa transformação vinculados com as ações transformadoras. [...] (PIAGET, 1970, p. 30).

Baseada nesse princípio, a mediação ocorre de forma na qual o profissional bibliotecário disponibilize as crianças possibilidades de acessos as mais diversas informações. Todavia, são apenas indicações ao ter em vista que o direito de escolha é da criança; para isso, porém, é preciso ter acesso à educação de qualidade, conhecer as mais variadas fontes de informação e culturas para depois tomar a decisão. É desse modo que a cidadania passa a ser realmente significada e ressignificada, no sentido de que as informações literárias também são riquezas socialmente produzidas. Por isso, qualquer tipo de censura, quer seja de responsáveis, quer seja do corpo técnico, fomenta o retrocesso do próprio país. Em uma acepção mais ampla de análise, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990) é incisivo ao abordar em seu Capítulo II sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, mais especificamente nos artigos 15 e 16, encontram-se:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990, n.p).



Por conseguinte, ao traçar um paralelo entre esse aparato legal com os pensamentos de Piaget (1998), pode ser observado que esses eixos materializam o comprometimento em que esse mesmo teórico sempre reafirmou. Ele também evidencia a educação infantil ao abranger a questão da responsabilidade, ou seja, em “[...] garantir para toda a criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondam ao exercício destas funções, até a adaptação à vida social atual. [...] (PIAGET, 1998, p. 34).

Nesse ínterim, a autonomia é almejada no intuito de trazer à criança um processo de tomada de decisões de cunho cultural, literário e informacional; movimento esse que não pode haver embaraços. De acordo com esse preceito, o bibliotecário estabelece uma relação horizontal em que a mediação ocorre da melhor forma possível. Com isso,

Ao refletirmos acerca do conceito de cultura no fazer biblioteconômico, percebemos que a importância da participação do bibliotecário mediador no contexto cultural. Para que essa participação aconteça o ponto de partida é a tomada de consciência de seu papel crítico, científico e porque não dizer revolucionário. Esse profissional, ao se posicionar como um agente canalizador de ações de interferência, propicia um espaço promotor da formação da autonomia do indivíduo. Criando espaços dentro da unidade de informação que potencialize no indivíduo clareza dos conceitos que atuaram e atuam como fatores condicionantes de sua personalidade sociocultural, o bibliotecário disponibiliza à sua comunidade usuária recursos cognitivos que permitam a revisão criteriosa dos princípios constituintes dos valores que orientam sua ação individual no social. Por efeito de repercussão sistêmica, ação desse profissional potencializa condições de bem-estar social, o que demonstra que o bibliotecário é um profissional que possui a capacidade de penetrar nos quadros sociais e culturais, de ampliar as ações e aspirações dos indivíduos, de oferecer subsídios que permitam ao indivíduo se posicionar frente aos problemas sociais com desenvoltura comprometida com o bem coletivo (RIO; SANCHES, 2010, p. 113).

Entretanto, o profissional da informação deve ser consciente de vários elementos subjacentes que podem estar presentes em sua intervenção, tais como: a sua instrumentalidade, enquanto capacidade crítica e criativa de colocar a teoria em uma prática realmente vivificada, significada e resignificada, além da sua postura política, observação e reflexão periódica na realidade na qual ocorrem as possíveis interações.



3 MÉTODO DA PESQUISA

A unidade de informação infantil compõe um sistema de 30 bibliotecas da Universidade Federal Fluminense. É um total de 51 crianças – de 2 anos a 5 anos e 11 meses de idade – que adentram na Educação Infantil do COLUNI, via sorteio público, definido em edital, e que são encaminhadas à Educação Infantil do Colégio Universitário aos grupos: azul, vermelho, verde e amarelo. Logo que entram já permanecem no grupo azul por 1 ano e posteriormente são redistribuídas entre os grupos que são de multi-idade. Com o intuito de estabelecer parâmetros mensuráveis, foram levantados dados estatísticos de uso e frequências das crianças, além das observações assistemáticas nas atividades da biblioteca infantil, no recorte temporal de março a junho de 2022. Optou-se por tal metodologia, pois

A técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 226).

As observações aconteceram à medida que foram realizadas: rodas e mediações de leitura, oficinas de biblioterapia, dentre tantas outras atividades. Tal metodologia se enquadra em um olhar e escuta diferenciada, ou seja, mais específica, através desse viés não estruturado. Evidencia-se que ao ter em vista à faixa etária dos nossos usuários, questões que envolvem o tempo de concentração, isto é, o foco de uma criança, é algo diferenciado de um jovem ou adulto, por ser menor na criança. Dessa forma, enquanto nos mais pequeninos, que ainda não conseguem se expressar oralmente, foram observadas as reações; nos maiores foram evidenciadas tanto a questão das atitudes quanto os registros de oralidade. Contudo, em ambos os casos foram anotados dados estatísticos inerentes às atividades de mediação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades voltadas aos usuários ocorrem todas as segundas-feiras, terças-feiras e quintas-feiras. Os horários fixos são divididos a cada 30 minutos e os



professores geralmente distribuem os alunos, de cada grupo, entre os períodos matutinos e vespertinos, conforme expresso no quadro 1:

Quadro 1 – Horário de atendimento

Atendimentos as segundas, terças e quintas-feiras		
Horários	Grupos	Quantidade de crianças em cada grupo que irão à biblioteca
09h30min às 10h	Vermelho	6
10h às 10h30min	Azul	5
10h30min às 11h	Amarelo	7
11h às 11h30min	Verde	7
13h às 13h30min	Vermelho	5
13h30min às 14h	Azul	5
14h às 14h30min	Amarelo	8
14h50min às 15h20min	Verde	8
TOTAL		51

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Já os dados estatísticos são gerenciados diariamente em cada atividade, conforme a ida pré-estabelecida dos grupos à biblioteca. Dessa forma, temos as estatísticas de frequência na biblioteca no período compreendido entre março a junho de 2022. À vista disso, ao longo desses meses, podem ser observados, logo abaixo, no gráfico 1, que o padrão de frequência das crianças na biblioteca permanece alto e praticamente progressivo. Nesse período, soma-se um total de 1.653 visitas. Vale ressaltar que a presença não é obrigatória e as pequenas quedas ocorrem devido às faltas por questões de saúde. Por isso, os dados abaixo demonstram interesse das crianças em estarem na unidade, como pode ser observado a seguir:

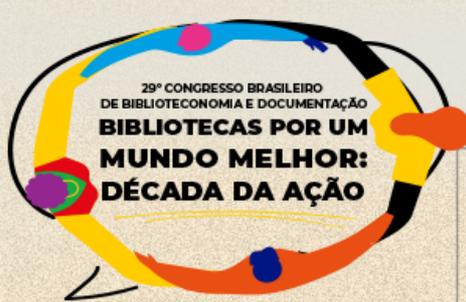
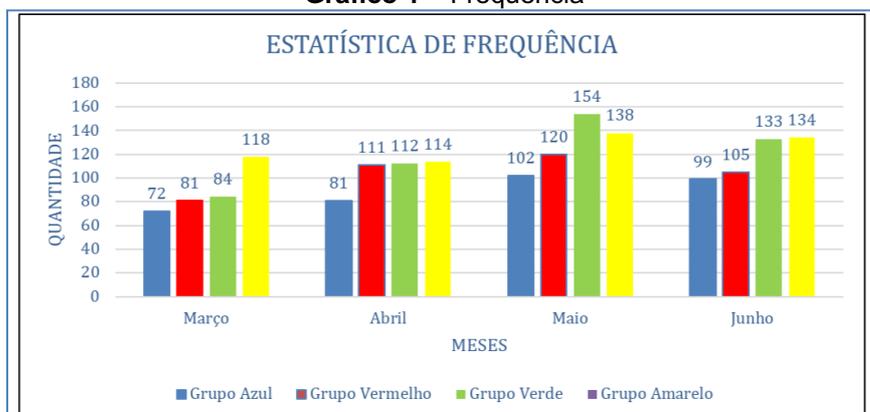


Gráfico 1 – Frequência



Fonte: Elaboração própria

Ao analisar de forma ainda mais apurada, pode ser observado, através do gráfico 2, o equilíbrio da participação entre os grupos. O grupo amarelo fica com 477 presenças, o verde 461, o vermelho 390 e o azul 325 comparecimentos. Esse equilíbrio pode ser constatado logo abaixo:

Gráfico 2 – Total de frequência por grupo



Fonte: Elaboração própria

Já para o registro da consulta local dos livros na biblioteca, as crianças são orientadas que após o uso não retornem com o livro nas estantes. Desta forma são registrados o quantitativo total de livros por todos os grupos. E essa contabilização pode ser demonstrada pelo quadro 2, logo a seguir:

Quadro 2 – Total da Consulta *in loco* dos livros por todos os grupos

Meses				
Março	Abril	Maio	Junho	Total
445	538	545	336	1.864

Fonte: Elaboração própria

Contudo, após o retorno ao trabalho presencial, devido à pandemia da COVID-19, a equipe pensou em um meio no qual as crianças pudessem levar os



livros para casa, sem perdê-los ou danificá-los. Desta forma, conseguimos em junho a doação de bolsas padronizadas, que receberam número de tombo e a identificação de cada criança, a fim de que os empréstimos pudessem ser realizados na tentativa de evitar algum sinistro.

Com isso, em relação ao mês de junho de 2022, podem ser observados os seguintes dados no Quadro 3, em relação aos empréstimos, a saber: i) o grupo azul fez 25 empréstimos; ii) o vermelho, 34 empréstimos; iii) o verde, 37 empréstimos; iv) e amarelo, 47 empréstimos. Desta forma, ao analisar que a referida unidade de informação não é uma biblioteca universitária, a faixa etária dos alunos que ainda não compreendem a leitura textual e que não são pressionados a levarem um livro, apresenta crescimento expressivo. Constata-se que em cada grupo a demanda foi em média mais do que o dobro, além disso, o aumento foi de um grupo em relação ao outro e em um conjunto de 51 alunos, no qual tivemos um total de 143 empréstimos o que demonstra que a demanda informacional, entre todas as crianças, foi de quase o triplo da expectativa. Por isso, em relação total de empréstimos domiciliares pode ser constado que o número foi relevante, tal como observado no quadro 3.

Quadro 3 – Empréstimos domiciliares em junho

Grupos	Crianças em cada grupo	Quantidade de empréstimos
Azul	10	25
Vermelho	11	34
Verde	15	37
Amarelo	15	47
Total	51	143

Fonte: Elaboração própria

E por último, e tão importante quanto os elementos supracitados, não podem ser esquecidas algumas falas das crianças¹. A seguir têm-se exemplos e comentários.

Criança X de 5 anos: “Ela tem cabelo de nuvem”.

Essa criança se refere a uma pessoa de cabelo crespo que estava presente no momento de uma roda de biblioterapia. A futura pedagoga ficou muito feliz com esse enunciado, pois demonstra que o racismo não é algo inerente ao ser humano,

¹ Com intuito de terem suas identidades preservadas, as crianças não são nomeadas nesse exposto.



mas sim perversamente construído e embutido por um sistema que, todavia, ainda pode ser revertido.

Criança Y de 3 anos: “Me falaram que esse livro é de menina”.

Refere-se ao responsável que se irritou ao ver que sua criança, de 3 anos, levava um livro de princesa para casa, eximindo-se da generosidade do ato de leitura textual. No entanto, a criança continua com autonomia dentro do espaço da referida unidade de informação e Educação Infantil, e com o acesso livre a todo e qualquer livro que fomente novas experiências literárias. Desta forma, ela continua a leitura de seus livros, afinal esta liberta, por ser um valor ético central.

Criança Z de 5 anos: “O meu cabelo é igual o dela do livro, não é mesmo?”

Essa fala se dá em uma roda de leitura sobre a importância dos negros à sociedade na qual abordamos um livro que mostrava os penteados. A personagem do livro tinha um cabelo crespo. A pergunta partiu de uma criança de 5 anos de idade, branca e de cabelo liso. Diante de tal indagação, respondemos que não e explicamos que cada um tem a sua beleza. Mesmo assim, imediatamente ela começou a chorar, pois não admitia ter um cabelo liso. Ela queria um cabelo crespo. Orientamos e ela se acalmou. Isso só demonstrou que o racismo não é inerente ao ser humano, mas algo que é social e infelizmente construído.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário de uma biblioteca universitária, nesse contexto específico, temos um atendimento de praticamente todo do público alvo ao ter em vista que circulação e fluxo na biblioteca fazem parte da metodologia adotada pela Educação Infantil do referido Colégio Universitário, onde as crianças são encaminhadas periodicamente à biblioteca em seus respectivos grupos. Colaboram-se a esse contexto o aumento das demandas, a intensificação multifacetada das atividades em uma longa carga horária e, além disso, as correlações de forças existentes entre vários projetos de sociabilidades e, não menos importante, do posicionamento sociopolítico e cultural do profissional bibliotecário em uma arena plural.

Dessa forma, reflexões mais apuradas se mostrariam imprescindíveis a todos aqueles que partilham de um projeto de transformação societária, a saber: o respeito ao direito de escolha da criança em todo e qualquer repertório que



esteja disponibilizado pela biblioteca; e a construção de uma possível cidadania ao ter como princípio norteador a liberdade informacional/literária, como uma categoria de análise central e, além disso, como consequência a formação de futuros formadores de opinião que poderiam colaborar no sentido de romper com aquilo que é dado como algo natural, mas é imposto sob um verniz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 maio 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. *Regime de informação: construção de um conceito*. Informação & sociedade: estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso, Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Tradução de Ivete Braga. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RIO, Sinomar Ferreira do; SANCHES, Gisele Aparecida Ribeiro. Mediação da Informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. In: *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 103-121, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v1i2p103-121>. Acesso em: 6 maio 2022.